

Condsef repudia nota autoritária do Ministério da Educação sobre protestos

No dia dos protestos contra os cortes orçamentários na Educação, que levou milhares de brasileiros às ruas em defesa do ensino público e da Previdência Social, o Ministério da Educação (MEC) divulgou nota de que nenhuma instituição pública de ensino teria "prerrogativa legal para incentivar movimentos político-partidários e promover a participação de alunos em manifestações". Segundo a pasta, professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis também não estariam autorizados "a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar". A nota é uma afronta à base fundacional da democracia, que necessita de participação e de reivindicação popular nas ruas, além de ser uma clara tentativa de censura à liberdade de expressão.

A Condsef/Fenadsef, que representa 80% dos servidores públicos federais, repudia a postura do ministro Abraham Weintraub e enfatiza que toda e qualquer pessoa tem direito ao livre protesto, conforme garantido constitucionalmente pelo artigo

5º da Carta Magna. O texto da lei mais importante do Brasil diz claramente que todos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de reunião em locais públicos independentemente de autorização, e à liberdade de associação. A iniciativa do MEC, além de ser absurda e violar gravemente direitos constitucionais, é também preocupante. Com ela, o Estado mostra que se sente autorizado a impedir manifestações pacíficas em prol de melhorias sociais.

É assustador também que Weintraub tente diminuir a força dos protestos com o discurso "ideológico" de que as manifestações seriam movimentos político-partidários, como se isso fosse um problema. Primeiramente, a associação política-partidária também é um direito de todo cidadão. Segundamente, os protestos de 30 de maio, assim como os de 15 de maio, foram gigantesco pluralmente. Participaram partidos políticos, sim, mas não só. Os grandes protagonistas dos atos foram os professores universitários e os estudantes, aqueles que mais têm legitimidade de fa-

lar sobre a Educação, mais até do que o próprio ministro, cuja experiência profissional foi construída no mercado financeiro. Participaram também trabalhadores em geral, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pessoas independentes, todos preocupados com as gerações futuras.

Felizmente, as multidões nas ruas ontem deixaram claro que, na defesa da educação pública e da Previdência Social, não há ordem ministerial que consiga calar a voz dos descontentes. Os servidores públicos federais entendem que o discurso do governo que endossa os cortes orçamentários é falso e advertem a população a seguir firme na luta pela garantia dos direitos fundamentais. O serviço público pertence ao público e a categoria está engajada na proteção do patrimônio do País. Se Weintraub quis silenciar o povo, no dia 14 de junho, mais do que nunca, é preciso estar nas ruas e mostrar que nossa educação e nossa aposentadoria valem mais do que cem ministros.

Fonte: Condsef/Fenadsef

Voltamos com tudo!

Agradecemos a compreensão e a ajuda de todos os companheiros e companheiras que nos ajudaram a enfrentar esse período de turbulências e as agressões do governo contra o movimento sindical e mais especificamente contra o nosso sindicato.

Por conta da Medida Provisória 873, que proibia o desconto em da mensalidade sindical em

folha de pagamento, tivemos que tomar uma série de medidas de contenção de despesas, entre elas, a diminuição do horário de atendimento para apenas o turno da manhã.

Com a vitória na Justiça e o restabelecimento das contribuições através da consignação em folha, informamos aos nossos filiados, parceiros e colaboradores que a partir de quarta-feira, **5 de junho** voltaremos

NÓS SINDICALIZADOS,
SOMOS A LINHA DE FRENTE NA DEFESA DO
NOSSO SINDICATO!



a funcionar normalmente das **8:00 às 12:00** e das **14:00 às 18:00** horas.

A Direção



Cresce o desemprego no Brasil. Já são 13,2 milhões, segundo IBGE

A taxa de desemprego no Brasil, no trimestre encerrado em abril, atingiu 12,5% dos brasileiros, segundos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), divulgados nesta sexta-feira (31), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já são 13,2 milhões de desempregados, número 4,4% maior que o trimestre anterior (12,6 milhões) – uma redução de 552 mil postos de trabalho.

A pesquisa traz um recorde na série histórica: o número de trabalhadores **subutilizados**, ou seja, aqueles que poderiam trabalhar mais, chegou a 28,4 milhões. A alta foi de 3,9% em relação ao trimestre anterior (27,3 milhões). Na comparação com o mesmo período do ano passado, a alta foi de 3,7%. No trimestre encerrado em abril de 2018, o total de subutilizados foi de 27,4 milhões de pessoas. **Número de trabalhadores informais aumenta mais do que os formais**

A pesquisa traz também dados sobre o número de **informais**, os **trabalhadores por conta própria**. Em relação ao trimestre anterior o índice se mostrou estável em 23,9 milhões de pessoas, mas registrou aumento de mais 939 mil trabalhadores (4,1%), em relação ao ano passado.

Isto significa que cresceu muito mais o número de informais do que os trabalhadores **registrados no setor pri-**

vado. Essa parcela que trabalha com direitos garantidos como férias, 13º salário, fundo de garantia e outros direitos, subiu apenas 1,5% (mais 480 mil pessoas), em comparação com 2018. Com isso, o número de trabalhadores com carteira assinada ficou estável em 33,1 milhões. O mesmo ocorreu com os trabalhadores **sem carteira assinada**, cujo número permaneceu em 11,2 milhões. Porém, subiu 3,4% (mais 368 mil) em relação a igual período do ano passado.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, o aumento no número de desempregados demonstra que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) não tem nenhum plano de recuperação econômica para o Brasil. “Não tem nenhuma proposta concreta de retomada do crescimento, de geração de emprego e renda, pelo contrário, o que se vê é diminuição da projeção do PIB, arrocho salarial e ataque aos direitos”, critica.

Ele afirma também que a exemplo do que foi a reforma Trabalhista, que ao contrário das promessas do ilegítimo Michel Temer (MDB), não gerou empregos, a reforma da Previdência também não vai aquecer a economia: “Tirar o direito dos brasileiros se aposentarem no futuro não vai gerar crescimento e gerar empregos”.

Vagner diz que “crescimento econômico, entre outras coisas, se consegue com a volta do investimento do setor público, sobretudo em obras de infraestrutura que es-

tão paradas. Não é o congelamento do investimento em saúde e educação que gera emprego, tampouco acabar com direitos trabalhistas”.

Desalento chega a quase 5 milhões de pessoas

O número de trabalhadores que desistiram de procurar emprego porque perderam a esperança, os chamados **desalentados**, aumentou 4,3% e já chega a 4,9 milhões de pessoas. Em relação ao trimestre anterior, são mais 202 mil pessoas sem expectativas de conseguir trabalho.

Salários e força de trabalho

O rendimento médio real do brasileiro, de R\$ 2.295,00, ficou estável nas comparações tanto com o trimestre anterior quanto em relação ao mesmo período do ano passado.

Se somadas as pessoas desempregadas, as subutilizadas por jornadas de trabalho menores e o número de pessoas com potencial de trabalho, o índice chega a 24,9%. A alta foi de 0,7 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, encerrado em janeiro de 2019 (a taxa foi de 24,2%) e alta de 0,4 pontos em relação ao trimestre encerrado em abril de 2018, quando a taxa era de 24,5%.

O número de brasileiros fora da força de trabalho chegou a 65 milhões de brasileiros.

Escrito por: André Accarini